

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.172 - SP
(2018/0336020-5)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : RAFAEL BARROSO FONTELLES E OUTRO(S) - SP327331
CAMILA MEDIM ABREU FRANÇA E OUTRO(S) -
SP262585
JOSÉ ROBERTO CORADI JUNIOR - SP305702
AGRAVADO : RICHARD LIZIDATTI
ADVOGADOS : NOEMIA APARECIDA PEREIRA VIEIRA E OUTRO(S) -
SP104016
ROGÉRIO HERNANDES GARCIA E OUTRO(S) - SP211960

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. NOVA ANÁLISE DAS RAZÕES DO RECURSO. REVOLVIMENTO DO QUADRANTE FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO OCORRÊNCIA. AUSENTE A SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS CONFRONTADOS. AGRAVO INTERNO ACOLHIDO PARA TORNAR SEM EFEITO A DECISÃO AGRAVADA E CONHECER DO AGRAVO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL POR OUTRO FUNDAMENTO.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto por ITAU UNIBANCO S.A em face de decisão monocrática, cuja ementa restou consignada nos seguintes termos:

"AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. NÃO ALEGAÇÃO DE INFRINGÊNCIA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 QUANTO À MATÉRIA POSTA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMILITUDE FÁTICA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL." (e-STJ fl. 1.774).

Em suas razões, a instituição financeira agravante defende que a questão

Superior Tribunal de Justiça

posta no recurso especial inadmitido encontra-se corretamente prequestionada, pois:

"Como se pode notar pela mera leitura do acórdão recorrido, diversos encargos contratuais foram afastados em razão da ausência de contrato, dentre os quais, ficou estabelecida o afastamento da capitalização de juros.

Sobre tal, a corte local entendeu que não haveria cumulação entre pedidos de prestação de contas e revisionais, tendo em vista que a parte objetivava a adequação do que era cobrado com o contratado.

O cerne da discussão seria a diferença entre a 'cumulação de pedidos', que teria sido alvo de debate pela Corte de Origem, da 'cumulação de prestação jurisdicional', que supostamente deveria ser alvo de conhecimento pela Corte de origem.

Ora, com todas as vênias possíveis ao N. Min. Relator, cumpre ponderar que a diferenciação entre o tratamento de "cumulação de pedidos" e "cumulação de prestação jurisdicional" não possui qualquer efeito prático, uma vez que essa C. Corte, ao julgar o Recurso Especial Repetitivo REsp 1497831/PR, por reiteradas vezes atestou a impossibilidade de cumulação da ação de prestação de contas com a 'pretensão revisional', conforme se nota pelos trechos extraídos do voto da Min. Maria Isabel Gallotti:

[...]

Note-se que o próprio julgado ressalta a impossibilidade de cumulação da prestação de contas com os pedidos revisionais, concluindo, em determinado momento, também pela impossibilidade da cumulação da prestação jurisdicional típica das ações revisionais.

Em outras palavras, o próprio precedente dessa Corte reconhece tanto a impossibilidade de cumulação dos pedidos, como a de prestação jurisdicional, não havendo qualquer razão para essa diferenciação conceitual." (e-STJ fls. 1.782/1.784).

Assim, alega ser inaplicável a Súmula 211/STJ ao caso.

Por fim, aponta a similitude fática entre os julgados confrontados.

Impugnação ao agravo interno às e-STJ fls. 1.835/1.848.

É o relatório.

Passo a decidir.

O agravo interno merece acolhida.

Superior Tribunal de Justiça

De fato, não há se falar na incidência da Súmula 211/STJ, tal como apontou a decisão ora agravada.

Dessa forma, reconsidero a decisão recorrida, tornando-a sem efeito, e passo a reanalisar as razões do agravo em recurso especial.

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu o recurso especial fundado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"AGRAVO INTERNO - Impossibilidade de discussão acerca da inépcia da petição inicial, eis que tal tema já foi apreciado por ocasião do julgamento da primeira fase - Inocorrência da cumulação da prestação de contas com a pretensão revisional - A impugnação apresentada pelo autor não é genérica, eis que o recorrido impugnou especificamente lançamentos realizados em sua conta corrente -o Banco não juntou qualquer contrato aos autos, impossibilitando a conferência dos aludidos débitos - Recurso conhecido em parte e, na parte conhecida, improvido" (e-STJ fl. 1.517).

Opostos embargos de declaração, esses foram parcialmente acolhidos, tão-somente, para suprir omissão acerca da suscitada impossibilidade de prestação de contas em contratos de mútuo, sem efeito modificativo (e-STJ fls. 1.561).

Em sede de recurso especial, a instituição financeira alega violação aos artigos 327, § 1.º, I; e 550 do Código de Processo Civil/2015, "pois a ação de prestação de contas não permite a entrega de prestação jurisdicional típica das ações revisionais pela completa incompatibilidade entre os ritos processuais", entretanto, a Corte local, "em segunda fase de prestação de contas de conta corrente, manteve intacta a sentença que homologou laudo pericial técnico que, por sua vez, excluiu e estornou lançamentos legalmente cobrados do recorrido" (e-STJ fl. 1.569).

Aponta dissídio jurisprudência com relação ao Recurso Especial Repetitivo n.º 1.497.831/PR, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe 07/11/16.

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.655/1.686.

Em suas razões de agravo, o Banco agravante infirmou especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial (e-STJ fls. 1.692/1.699).

Delineada a matéria em deslinde, observo, no que toca à impossibilidade de cumulação do pedido de prestação de contas com a revisão de contratos, diante da incompatibilidade entre os ritos processuais, que a Corte estadual assim consignou:

"Como se sabe, a ação de prestação de contas objetiva a discriminação pormenorizada da administração de bens, valores ou interesses, com a eventual apuração de saldo credor a favor de quaisquer das partes, diante da natureza dúplice da demanda.

Desta forma, eventual discussão acerca da legalidade dos encargos cobrados refoge dos limites da ação, como decidido pela supracitada Corte, por ocasião do julgamento do REsp. 1.497.831 /PR.

Todavia, conforme se depreende dos autos, o recorrido não pleiteou a alteração ou revisão das cláusulas contratuais, mas sim a discriminação dos lançamentos realizados em sua conta corrente, para os fins de verificar sua conformidade com os contratos celebrados com o Banco.

Aliás, constou expressamente do documento de fls. 1.012:

'(...) essa Perícia também não encontrou nenhum documento por parte do Requerente, sobre a discordância das taxas e encargos'.

Assim, a via processual eleita pelo autor é adequada, nos termos da Súmula 259 do Superior Tribunal de Justiça." (e-STJ fls. 1.518/1.519, grifei).

Como se vê, forte na análise do conjunto fático-probatório da causa, a Corte local deu conta de que "o recorrido não pleiteou a alteração ou revisão das cláusulas contratuais, mas sim a discriminação dos lançamentos realizados em sua conta corrente, para os fins de verificar sua conformidade com os contratos celebrados com o Banco".

Destarte, elidir a conclusão da Corte local - no sentido de que a parte aqui recorrido não pleiteou a alteração ou revisão das cláusulas contratuais, ou seja, não houve pedido revisional - demandaria o revolvimento do quadrante

Superior Tribunal de Justiça

fático-probatório da causa, providência vedada nesta sede especial, a teor do enunciado n.º 07/STJ.

Noutro giro, o recurso especial não pode ser conhecido quanto à interposição pela alínea "c" do permissivo constitucional, pois o dissídio jurisprudencial não foi comprovado conforme estabelecido nos arts. 1.029, § 1.º, do CPC/2015, e 255, § 1.º, do Regimento Interno deste STJ. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada com a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. No caso concreto, a simples leitura dos acórdãos recorrido e paradigma é suficiente para concluir que não há similitude fática entre os casos confrontados. Com efeito, o caso dos autos não trata da alteração das bases do contrato mantido entre as parte, não cabendo, portanto, cotejá-lo com o aresto paradigma apontado pelo Banco recorrente.

Assim, a realização do *distinguishing* demonstra claramente que o acórdão adotado como paradigma difere substancialmente do acórdão recorrido, o que explica a *ratio decidendi* diversa.

Assim, não merece amparo o recurso.

Ante o exposto, acolho o agravo interno para tornar sem efeito a decisão agravada e, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do Regimento Interno deste STJ, conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial por outro fundamento.

Considerando o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários advocatícios fixados na sentença (e-STJ fl. 1.351) para 17,5% (dezessete e meio por cento) da condenação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator